

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS**

Victor Hugo de Castro Pereira

***SARGENTO GETÚLIO: Aquiles sertanejo não resiste à modernização à
brasileira.***

Porto Alegre

2018

Victor Hugo de Castro Pereira

**SARGENTO GETÚLIO: Aquiles sertanejo não resiste à modernização à
brasileira.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
Letras pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Homero José Vizeu Araújo

Porto Alegre

2018

VICTOR HUGO DE CASTRO PEREIRA

**SARGENTO GETÚLIO: Aquiles sertanejo não resiste à modernização à
brasileira**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
Letras pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Homero José Vizeu Araújo (Orientador)

Prof. Ms. Giovani Buffon Orlandini

Prof. Octávio Augusto Linhares Garcia Reis

Porto Alegre

2018

A Arani e Edgar, fiadores de tudo.

AGRADECIMENTOS

À Fátima Hartmann, mulher iluminada, pelos ensinamentos diários, pela compreensão das minhas falhas, pelo imenso amor, por dividir comigo o projeto de uma vida juntos.

A Arani e Edgar, pela liberdade para eu decidisse meus caminhos e pelo apoio ao longo deles.

A Carol e Hugo, pela Bea e por serem, sem saber, meus modelos de profissional.

A Rafa, Tuba, Vini, Hilário, Kerpen, Montanha: sem vocês, a vida seria muito menos, podem crer.

A Fê, Gabi, Karla, Paulinha e Tefi, pelo carinho dispensado ao longo desse tempo todo.

A Daniel, pela parceria de sempre: de sala de aula, de leituras, de bola.

A Rodrigo, Marcelo, Ben, colegas de docência, caros amigos, por cada risada e cada resmungo compartilhados.

A Marcos, mais antigo amigo, pela Amélie e pela paciência nesse ano de ausência do papel de padrinho.

A Mônia, Bel, Nina e Thiely, por tornarem os primeiros anos de faculdade uma lembrança saudosa.

Finalmente, ao meu orientador, Homero Araújo, pela generosa orientação, sem a qual não sairia trabalho de conclusão.

“(...) porque las estirpes condenadas a cien años de soledad no tenían una segunda oportunidad sobre la tierra.”

(Gabriel García Márquez)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central fazer uma leitura crítica de *Sargento Getúlio* (1971), segundo romance de João Ubaldo Ribeiro. A análise aqui empreendida procura demonstrar como a obra está inserida no que José Hildebrando Dacanal definiu como o ciclo da *Nova narrativa épica latino-americana*, bem como expor que a trajetória do narrador confirma a tese de que o avanço do progresso e da consciência lógico-racionalista na América Latina ao longo do século XX causa a inviabilidade da vida pautada por uma consciência arcaica e mítico-sacral, como é o caso de Getúlio. Para esse objetivo, procurou-se definir os termos do que é a nova narrativa referida por Dacanal, bem como, a partir da leitura de textos de Bernd (2001) e Araújo (2014), entender as relações que organizam a vida de Getúlio e o levam à morte trágica, único escape praticável para a compreensão de mundo obsoleta do protagonista do romance.

ABSTRACT

The present work has as main objective to make a critical reading of Sergeant Getúlio (1971), João Ubaldo Ribeiro's second novel. The analysis aims to demonstrate how this work fits in what José Hildebrando Dacanal defined as the New Latin American epic narrative cycle, as well as expose that the trajectory of the narrator confirms the thesis that the advance of progress and of the logical-rationalist consciousness in Latin America throughout the 20th century causes the unfeasibility of life ruled by an archaic and mythical-sacral consciousness, as is the case of Getúlio. For this we tried to define the terms of what is the new narrative referred to by Dacanal, as well as understand, from the reading of Bernd (2001) and Araujo (2014), the relations that organize the life of Getúlio and lead him to tragic death, the only possible escape for his obsolete comprehension of the world.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A NOVA NARRATIVA ÉPICA.....	11
3 ALGUMAS LEITURAS DE <i>SARGENTO GETÚLIO</i>.....	14
3.1 O SARGENTO SEM MUNDO E SEM CONCILIAÇÃO.....	14
3.2 O SARGENTO NO CAMINHO DO MEIO.....	19
4 POLÍTICA E VIOLÊNCIA EM <i>SARGENTO GETÚLIO</i>.....	21
4.1 UM CONCEITO DE POLÍTICO.....	21
4.2 O PÁRIA GETÚLIO.....	26
5 CONSCIÊNCIA ARCAICA, MUNDO MODERNO: GETÚLIO MONTA CLÃ E VAI À LUTA.....	29
6 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Lançado em 1971, *Sargento Getúlio* é um dos grandes sucessos de crítica de João Ubaldo Ribeiro. Dotado de um estilo marcante, Ubaldo construiu um romance de grande força expressiva, com uma solução narrativa bastante original, na qual a partir de uma curiosa mescla de monólogo, assentado em fluxo de consciência do narrador, com diálogos onde só recebemos a voz de Getúlio, é permitido ao leitor acompanhar a degradação material e mental do sargento. Através desse expediente podemos acompanhar um movimento que coloca em paralelo a compreensão do narrador de que seu mundo de origem já não existe mais com sua decomposição psíquica, que o levará a tragédia final.

De forma bastante simplificada, a obra trata da trajetória de Getúlio Santos Bezerra, sargento da Polícia Militar do Sergipe, voz narradora do romance e homem de confiança de Acrísio Antunes, líder político da região para quem já realizara vinte *trabalhos*. Próximo da aposentadoria, Getúlio recebe uma última missão: levar um preso político, adversário político de Acrísio, de Paulo Afonso, interior da Bahia, até Aracaju, capital de Sergipe. Em meio à viagem, Getúlio recebe uma contraordem: o cenário político se alterara e o preso deveria ser liberto imediatamente. O sargento, contudo, incapaz de considerações mais profundas no que diz respeito a aspectos políticos da vida, recusa a nova realidade e segue seu caminho rumo ao próprio aniquilamento, em uma sequência de impressionante violência física e profunda desordem mental por parte de Getúlio.

A modesta aspiração da presente análise é reafirmar essa obra de João Ubaldo Ribeiro como um dos representantes brasileiros inseridos em um ciclo de romances produzidos na América Latina, chamado *Nova Narrativa Épica Latino-Americana*, uma série de romances que denotariam com perfeição o desnível entre o mundo lógico-racional do centro do mundo ocidental, envolto pela guerra entre duas superpotências, EUA e URSS, que buscavam o domínio do planeta, e o Terceiro Mundo arcaico, ao qual era imposto um paradoxo sinistro: modernizava-se para evitar que fosse dizimado e via suas raízes identitárias se extinguirem devido à modernização. Para isso, procurarei demonstrar como a compreensão do jogo político racional escapa ao protagonista, marcado pelos vetustos modos de agir sertanejos, baseados na honra e na palavra, e como esse entendimento

ultrapassado do mundo impedirá que alguma conciliação redentora seja possível para ele, fazendo com que passe de homem inserido na força militar do governo a perseguido e executado pela Polícia Militar sergipana do qual fazia parte.

2 A NOVA NARRATIVA ÉPICA

Em um livro de ensaios intitulado *Nova narrativa épica brasileira*, José Hildebrando Dacanal publica o ensaio *O sargento sem mundo*. Nesse estudo, Dacanal posiciona *Sargento Getúlio* como uma das obras que comporiam essa nova narrativa, marcada, essencialmente, pelo rompimento com a narrativa lógico-racionalista do chamado Real-naturalismo. De acordo com o crítico, o irracionalismo técnico narrativo de *Sargento Getúlio* superaria o de *O coronel e o lobisomem*, de José Cândido de Carvalho, outra obra onde uma suposta coerência com o mundo real seria destruída: neste romance, Ponciano age como narrador consciente durante toda a obra, dirigindo-se frequentemente ao leitor dos *achados*, esboroando a lógica racional da narrativa apenas no encerramento do texto, quando o coronel narra a própria morte; naquele, há maior multiplicidade das situações que configuram o irracionalismo, que é gradativo, senão em termos de estrutura narrativa, ao menos se colocamos os acontecimentos da vida de Getúlio em uma ordem mais ou menos linear.

O crítico aponta para o aparecimento de um grupo de romances latino-americanos que se diferenciariam do grande romance laico europeu, tratado aqui por romance real-naturalista. Esse teria como característica elementar sua perspectiva lógico-racionalista, fundada em dois tópicos: a busca pela verossimilhança – o esforço por dar uma aparência de crível àquilo do que trata o texto literário, oferecendo ao leitor a sensação de que a história lida, se não ocorreu de fato, ao menos poderia ter ocorrido – e o distanciamento de tudo aquilo que possa soar inverossímil. A verossimilhança, dentro dessa experiência literária, deve ser mantida até o final e, nas palavras do antigo professor da UFRGS, os truques para garantir a continuidade racionalista da obra são muitos:

memórias diretas, velhos papéis encontrados no fundo de uma gaveta de uma cômoda ainda mais velha, o relatório de um único sobrevivente salvo miraculosamente de um naufrágio, de preferência depois de passar alguns anos em uma ilha inóspita, etc. A gama dos truques (...) é ampla e variada. (DACANAL, 1988, p.11)

Ou seja, os romancistas europeus souberam, ao longo do tempo, superar com artimanhas textuais aquilo que soasse inacreditável dentro de suas narrativas. Entretanto, o inverossímil sempre esteve, historicamente, presente dentro da

literatura, mesmo dentro do próprio romance europeu. A consciência racionalista do romancista e do leitor europeu – e dos romancistas e leitores influenciados pelo romance burguês europeu – é que exigem que se apague, ou ao menos se torne opaco e dotado de explicação razoável, qualquer traço fantástico do romance.

A nova narrativa épica latino-americana, contudo, deriva do registro de um mundo que vai sendo destroçado – o mundo da lógica mítico-sacral – em virtude dos avanços modernizantes que se impõem, e esse novo romance americano não está de acordo com a tradição do romance real-naturalista do centro do mundo ocidental, nem poderia estar. Se no campo pragmático as sociedades latino-americanas aderem – e só poderiam aderir, sob pena de serem dizimadas em algum momento – à lógica racional, no campo literário parece haver um último sopro do registro dessas sociedades onde acontecimentos da ordem do maravilhoso se dão de maneira inocente, sem truques para garantir a racionalidade narrativa: cidades são assoladas por chuvas que duram anos, jagunços se tornam pactários, coronéis encontram seres míticos estradas afora, etc, sem que isso seja justificado por um sonho, pela alucinação de um narrador ou qualquer outra manobra literária. A conjuntura é delicada e dialética: aceitar o mundo tecnicizado significa, de um lado, a garantia da sobrevivência da espécie, algo como uma tentativa de adequação ao jogo que garantiria também, até certo ponto, a manutenção de suas crenças e valores; de outro lado, tal admissão significa que os valores mais profundos de seu mundo teriam que desaparecer cedo ou tarde, já que essa consciência sacral não está adequada à modernidade técnica. Seguindo com José Hildebrando, em ensaio sobre *Grande sertão: veredas*, tomemos um trecho que refere não à América Latina, mas ao caso vietnamita, também parte do chamado Terceiro Mundo, para elucidar a matéria:

Ora, esta aceitação da modernização provoca necessariamente a destruição de seus valores mais profundos, de seu próprio mundo até hoje guardado no mais recôndito de seu ser. Porque não se pode esquecer que a epopeia vietnamita não teria sido possível sem os modernos fuzis tchecos e chineses e os sofisticados foguetes SAM da União Soviética, o que quer dizer, não teria sido possível sem a aceitação da técnica altamente aperfeiçoada e do racionalismo científico, o quais, naturalmente, nada tem – ou, melhor, nada tinham – a ver com a cultura dos camponeses anamitas. Talvez não seja mero acaso que as grandes obras (...) da nova narrativa épica latino-americana se encerrem com cataclismas em que – com exceção da solução de compromisso em *Grande sertão: veredas* – os personagens são destruídos, varridos da face da terra juntamente com o mundo que os cerca. (DACANAL, 1988, p. 75)

Aceitação forçosa do progresso, busca pela conservação de valores caducos aos olhos desse mesmo progresso, final catastrófico para os representantes de sociedades obsoletas, aí estão os fundamentos que norteiam historicamente a nova narrativa épica latino-americana.

3 ALGUMAS LEITURAS DE SARGENTO GETÚLIO

3.1 O SARGENTO SEM MUNDO E SEM CONCILIAÇÃO

Tratando de *Sargento Getúlio*, Dacanal aponta que o protagonista “marcha inexoravelmente para a autodestruição” (DACANAL, 1988, p. 94) devido a sua incompreensão das mudanças que aconteciam no mundo: oriundo de um universo que já não existia, do passado do cangaço, Getúlio não entende, tampouco aceita, as transformações que se impõem a ele próprio. Assim como não entende o mundo que o cerca, não consegue se fazer entender por esse mundo. Vivendo nesse abismo histórico e existencial, Getúlio vai, pouco a pouco, perdendo sua consciência lógico-racional e entrando em processo de desintegração psíquica, concomitantemente à desintegração da estrutura narrativa, que atinge o ápice no final trágico do sargento sem mundo, herói às avessas da obra, onde o próprio Getúlio narra sua morte.

Getúlio é um pobre-diabo. Estagnado no tempo, não consegue julgar com propriedade a complexidade da vida que o cerca, tampouco apreender os mandos e desmandos que arrastam seu curso. É, nesse sentido, da família de Fabiano, de *Vidas Secas*, com uma diferença medular, como apontou Homero Araújo em ensaio intitulado *O sargento de João Ubaldo*: Fabiano é incapaz de expressar algo mais que resmungos e tem sua vida contada por um narrador em terceira pessoa, ao passo que o sargento tem direito à voz e conta sua própria trajetória. Entretanto, esse direito a se expressar só é franqueado a Getúlio por conta de sua relação direta com Acrísio Antunes, chefe político local que o apadrinha e lhe garante o posto na polícia militar de Sergipe. Esse direito, naturalmente, será cobrado posteriormente e colaborará para a má sorte do sargento. Comparando a entrada de Getúlio nas forças oficiais com a entrada de outro célebre sargento da literatura tupiniquim, o Leonardo, das memórias escritas por Manuel Antônio de Almeida, Homero aponta a crueldade intrínseca ao arranjo tipicamente brasileiro:

(...) o destino de ambos muito revela sobre as condições a que são submetidos os pobres na sociedade brasileira. Sim, o Brasil do arranjo e do compadrio comparece aqui em uma de suas versões mais perversas: Getúlio, com toda sua macheza, não passa do braço armado de mandão local. (ARAÚJO, 2014, p.100)

É a cordialidade brasileira de que fala Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, uma das mais clássicas obras da sociologia nacional, sendo exposta no romance de João Ubaldo, vindo demonstrar a discrepância entre um Estado pertencente àquele centro regulado por tecnologia e lógica racional, que avança sobre as periferias do mundo, e o Estado terceiro mundista pretensamente em processo de modernização, onde está inserido o infeliz Getúlio.

Em *O homem cordial*, o mais popular capítulo da obra de Holanda, o historiador procurou apontar o quanto a indistinção entre Estado burocrático weberiano e esfera particular se faz presente na formação do tecido social brasileiro desde o princípio da pátria até os dias atuais. A cordialidade, suposta mescla de polidez, hospitalidade e generosidade do caráter nacional, louvada pelo estrangeiro em terras brasileiras, não passa de uma forma de manter a autoridade individual sobre o campo social. Na realidade, a cordialidade aludida por Holanda é uma máscara que garante a preservação de um status obtido em tempos de sociedade rural e patriarcal. Diz-nos o acadêmico:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 2011, p. 141)

A ideia da formação de um Estado racional não vinga no país tropical, contudo. Em uma formação personalista como a brasileira, a separação entre particular e estatal se apaga e assistimos o desenvolver de um Estado político que se molda pelas vontades familiares, pela amizade, pela “mãozinha”. Esse tipo de desenvolvimento não leva ao surgimento de um país moderno e racional, onde os serviços do Estado se regulam pela adequação da capacidade do funcionário à função que exerce, mas pelo compadrio. Aonde isso levaria, senão à manutenção de velhas estruturas já colocadas? Nas palavras de Sérgio Buarque, venceu no Brasil a ideia do funcionário patrimonial sobre o funcionário burocrático:

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro estado burocrático (...). A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de

acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, 2011, p. 146)

Se a cordialidade é sinônima do triunfo do individual sobre o social, o funcionário patrimonial é o mantenedor desse triunfo, garantia da vitória do interesse particular sobre a isenta burocracia idealizada por Weber. Olhando para o romance, Getúlio é o retrato do funcionalismo patrimonial, responsável unicamente por defender os interesses do patrão que o inseriu nos serviços do Estado. É recebido na casa do patrono, bebe vermute, é observado com curiosidade pelo filho, mas ao final das contas não passa de, como disse Homero Araújo, braço armado de Acrísio. É a condição que lhe é imposta por sua trajetória: da pobreza quando criança ao assassinato da esposa grávida que o traiu, restam poucas opções para Getúlio, e receber a proteção de um figurão político mais a farda de policial militar é, provavelmente, a melhor delas.

O final negativo do sargento de Ubaldo remete ao final oposto de outro narrador sertanejo, esse em situação cômoda de proprietário e contador da própria vida em range-rede, Riobaldo, de *Grande sertão: veredas*, narrativa máxima de João Guimarães Rosa. Se Getúlio ruma à catástrofe com convicção de que não há outra trilha a ser tomada, o ex-bandido de Rosa, por sua vez, ascende e passa a herdeiro-proprietário, não sem garantir o seu próprio sossego via alguns antigos companheiros jagunços, agora seus agregados, espalhados pelo que resta do sertão. Ainda que de tempos históricos distintos – Riobaldo sobrevive à modernização da República Velha, Getúlio é abatido pela modernização da década de 1950, aí vão bem duas décadas de distância –, parece interessante apontar a capacidade de Riobaldo de se colocar em posição de conforto, uma inviabilidade para a consciência do Sargento Getúlio.

Tomando por correta a assunção de Dacanal de que Getúlio não entende e não se faz entender por seu mundo, sendo destruído pelo conflito entre a existência moderna que se impõe, com seus joguetes políticos e o esvanecer do “fio do bigode”, da palavra de honra, e um passado arcaico e mítico que é engolido pelo avanço da História, podemos compreender a relação entre ambos os jagunços de que se trata aqui. Nas palavras de Homero Araújo:

Em Guimarães Rosa o contraste entre arcaico e moderno não parece apontar para o conflito, ou ao menos excitar a veia crítica dos narradores. No clássico *Grande sertão: veredas* há sinais de uma sofisticada posição de equilíbrio e conciliação: na voz de Riobaldo Tatarana, jagunço letrado, encontram-se o legado da cultura caboclo sertaneja, experimentalismo linguístico e ousadia especulativa e filosófica, para ficar no mínimo. (ARAÚJO, 2014, p. 87)

Ou seja, o choque entre arcaico e moderno no sertão de Rosa não arrasta ao embate devido Tatarana ser um homem com certo letramento, capaz de criar novidades linguísticas, provido de desembaraço reflexivo, algum tatear filosófico, etc. Em que pesem a retomada da cena shakespeariana e as alusões à mitologia grega em *Sargento Getúlio*, não cabe a comparação do alcance filosófico de cada jagunço: Riobaldo é um filósofo do sertão, Getúlio é um bandido que vai enlouquecer. Lendo, a partir do artigo de Araújo, uma entrevista de Roberto Schwarz à revista *Novos Estudos CEBRAP*, fica mais claro como Riobaldo é a síntese de um encontro harmônico de dois mundos:

Há um doutorado surpreendente nessa matéria, de um poeta e crítico mexicano, Hector Olea, em que ele documenta a frequência quase inacreditável das alusões à Bíblia, a Platão, Plotino, Dante e outros clássicos, que vão ocorrendo quase a cada frase. Fica a impressão (...) de que o método literário de Guimarães Rosa em certa parte consistia em tomar frases de clássicos e traduzi-las para o caipira, na linguagem e nas situações. Não deixa de ser uma solução ultradireta para a dificuldade de ligar o local e o universal. (SCHWARZ APUD ARAÚJO, 2014, p. 87)

Contudo, a aparente harmonia em que vive Riobaldo não é algo tão simples. A incorporação do passado jagunço que não deve ser incriminado na atual posição de range-rede do narrador é complexa. De acordo com Araújo, um passo para cá ou para lá arrastaria Riobaldo a outra posição, seja essa posição a de condenação do mundo jagunço pretérito via afiliação ao racionalismo moderno, seja ela a de saudosismo e desejo de retorno à concepção mítica da vida, de pactos com o diabo em encruzilhadas em meio à noite. Essa complexidade sobre a qual se equilibra Tatarana, uma terceira margem, para aderir à imagem trazida por Homero, é inacessível para Getúlio. Quando o Padre de Aço lhe diz que as circunstâncias estão se alterando, Getúlio não compreende qual pode ser o seu papel, não reflete sobre alguma possibilidade outra senão confrontar o mundo que muda.

Olhando para Riobaldo, a superação do mundo arcaico é que lhe rende a ascensão social, mesmo que isso não seja a entrada definitiva no mundo moderno,

e retorna-se à ideia da terceira margem. José Hildebrando Dacanal traça o paralelo entre o destino de Macondo, de *Cem anos de solidão*, e diz:

O herói (Riobaldo) supera o estágio da consciência mítico-sacral mas não chega a inserir-se no atual contexto da chamada civilização ocidental, não chega a atingir o plano de uma consciência cético-racionalista. Fica em seus limites. Em *Cem anos de solidão* não há o equilíbrio, não há o compromisso. O destino de Macondo é a morte, é “não ter uma segunda oportunidade sobre a terra”. (DACANAL, 1988, p.115-16)

Troque-se o romance de Gabriel García Márquez por *Sargento Getúlio*, bem como Macondo pelo protagonista-narrador de João Ubaldo Ribeiro, e a situação será essencialmente a mesma. No romance de Ribeiro não há a possibilidade de conciliação, perfeitamente viável no mundo do sábio-ex-jagunço-fazendeiro criado por Rosa. Em *Sargento Getúlio* não há terceira margem possível: Getúlio não consegue mediar, não pode voltar atrás de sua missão. Sua concepção do mundo é irrevogavelmente anacrônica, cristalizada em um tempo que deixou de existir sem que ele, o sargento, pudesse se ajustar à – a bem da verdade, sem que ele pudesse sequer perceber por conta própria a – nova realidade que já se instaurara. Getúlio não acompanha seu universo se dissipar e não age de maneira a se realocar no novo mundo, como é autorizado a Riobaldo: se nos deparamos com o personagem de Rosa no já citado momento de conforto em uma de suas fazendas, quando encontramos o sargento de Ribeiro ele está dentro do velho Hudson guiado por Amaro, arrastando consigo um preso político adversário de seu patrão: o primeiro superou de maneira conciliatória o andar do progresso e agora goza a bonança da nova condição; outro é atropelado por esse andar sem sequer notar o que se passa e ruma à morte sem ainda saber que os valores pelos quais se orienta já deixaram de existir. Quando finalmente percebe que seu mundo desapareceu, é tarde demais para Getúlio. Ao cabo da narrativa, o sargento sem mundo de João Ubaldo preenche com perfeição a expectativa da nova narrativa épica latino-americana, vagando como jagunço por um mundo onde o cangaço sumiu ante o progresso. Dessa incompetência para perceber o que se sucede ao seu redor é que deriva a “marcha inexorável rumo à destruição” citada por Dacanal como destino do narrador.

3.2 O SARGENTO NO CAMINHO DO MEIO

Se para Dacanal a história de Getúlio é construída sobre a impossibilidade de colocação da figura arcaica do sargento dentro do mundo moderno que se aproxima, tornando o protagonista em um homem vivendo em um abismo histórico, para Zilá Bernd, em artigo chamado *Um certo Sargento Getúlio*, a obra de João Ubaldo Ribeiro vai “além do aproveitamento exaustivo da matéria sertaneja e do compromisso em perscrutar a visão de mundo do nordestino, (...)” e “faz ecoar grandes mitos da tradição ocidental” (BERND, 2001, p.15), ou seja, Getúlio carrega em si traços de um registro histórico e linguístico do sertão brasileiro, mas sem deixar de lado a retomada da mais erudita literatura ocidental. Os grandes mitos citados são mais especificamente dois: primeiramente, o mito da Antígona, de Sófocles: assim como essa se recusa a aceitar as ordens de Creonte para que o cadáver do irmão dela – acusado de traição – permaneça insepulto e realiza o enterro, Getúlio não aceita a ordem de Acrísio Antunes para a soltura do preso e segue em sua jornada. A decisão da Antígona remete diretamente à epígrafe do romance de Ribeiro: “Nessa história, o Sargento Getúlio leva um preso de Paulo Afonso a Barra dos Coqueiros. É uma história de aretê.” (RIBEIRO, 2003, p. 7). Na definição de Maria Lúcia Aragão, aretê “é, pois, valor, consciência de uma missão a ser cumprida, honra, dignidade” (ARAGÃO, APUD BERND, 2001, p. 19): tanto Antígona quanto Getúlio compreenderiam que suas respectivas missões, por questões de honra e de definição de suas próprias identidades, deveriam ser levadas a cabo, mesmo que isso lhes custasse a vida. No mito grego, a Antígona age em recusa às leis dos homens, orientada pelas leis divinas; Getúlio, por sua vez, recusa a lei dos homens e é governado por uma rústica “ética de macho sertanejo” – um código de honra que leva o sargento a dizer e cometer absurdos do mais profundo machismo, diga-se –, que lhe impede de deixar uma missão inacabada.

Ainda na relação com os grandes mitos da tradição ocidental, há uma aproximação com a figura de Aquiles, apontada por Bernd e retomada posteriormente por Santos: Getúlio, bem como Aquiles, é orientado por um código alheio às leis escritas. Esse código leva o herói grego a optar pelo óbito ainda jovem em troca da glória perpétua: mais lhe valeria guerrear em Troia até perecer e, assim, alcançar “glória sempiterna” do que retornar ao lar e ser esquecido. O sargento, por sua vez, não conceber a morte na velhice como um final digno de sua bravura:

olhe, se um santo me dissesse quer morrer velho e frouxo ou quer morrer assim e macho, eu posso lhe garantir que dizia que queria morrer macho, não vejo graça no outro jeito. (...) E demais que não quero viver me escondendo pelaí ou ir ser chofer em São Paulo, nem sei aonde é isso (...) (RIBEIRO, 2003, p.100-101)

A hipótese aventada pelo padre de cara vermelha, de sumir no mundo, é impossível para Getúlio devido a esse princípio que rege sua vida. Não há acordos a serem feitos, não há sumiços e recomeços possíveis, e a morte na macheza é a alternativa única para si, em seu entendimento anacrônico da vida.

No encerramento de seu ensaio, Bernd observa ainda o que parece ser o ponto alto de seu ensaio, o apontamento do intertexto entre *Sargento Getúlio* e *Hamlet*, de Shakespeare. A autora retoma o solilóquio de Getúlio

Levo ou não levo, é isso. Talvez seja melhor sofrer a sorte da gente de qualquer jeito, porque deve estar escrito. Ou é melhor brigar com tudo e acabar com tudo. Morrer é como que dormir e dormindo é quando termina as consumições, por isso é que a gente sempre quer dormir. (RIBEIRO, 2003, p.99)

E o equipara com aquela que é das uma das mais célebres passagens da literatura produzida no Ocidente, a reflexão do príncipe Hamlet:

Ser ou não ser – eis a questão.
Será mais nobre sofrer na alma
Pedradas e flechadas do destino feroz
Ou pegar em armas contra o mar de angústias –
E, combatendo-o, dar-lhe fim? Morrer; dormir;
Só isso. E com o sono – dizem – extinguir
Dores do coração e as mil mazelas naturais
A que a carne é sujeita; eis uma consumação
Ardentemente desejável. Morrer – dormir –
Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
(SHAKESPEARE, 2009, p.67)

Fundamentada nessas comparações, a autora coloca *Sargento Getúlio* como uma obra que aposta na terceira via: nesse jogo de intertextualidades e respeito por código de conduta sertanejo, o autor, entre a filiação à literatura erudita, tocada por diversas questões que vão de Sófocles a Shakespeare, e à literatura sertaneja e regionalista, proporia o caminho do meio, ou seja, a renúncia entre optar por apenas uma dessas vinculações em virtude da aceitação de ambas para a construção de seu protagonista.

4 POLÍTICA E VIOLÊNCIA EM SARGENTO GETÚLIO

4.1 UM CONCEITO DE POLÍTICO

Em *Conceito do Político*, obra de 1932, o filósofo e jurista alemão Carl Schmitt procura, após apontar inicialmente a dificuldade em encontrar critérios para limitar tal conceito, a definição do que é o Político, em árduo esforço intelectual. Schmitt é, antes de tudo, um pensador ligado à matéria e às possibilidades do Estado; assim, sua formulação do que é a esfera do político está intimamente ligada ao prisma estatal: Político e Estado se confundem, são indissociáveis, afirma-nos o autor. Entretanto, ele aponta para a existência de uma circularidade dessa relação, assinalando que Política e Estado, sendo inseparáveis, buscam se estabelecer em uma espécie de espelhamento: as noções apresentadas até aquele momento parecem trabalhar em um processo de retroalimentação, onde se afirma ser o político aquilo ligado ao estatal, que, por sua vez, é aquilo que é ligado ao político, inviabilizando definições mais profundas do que sejam. Mesmo no campo jurídico há uma naturalização do que é o Estado, atribuindo-lhe um teor utilitário quanto às questões de jurisprudência, que pouca valia possui para um conceito geral; nas palavras do autor, as definições encontradas na legislação “só podem ser entendidas a partir do interesse prático-técnico da decisão jurídica ou administrativa de casos concretos” (SCHMITT, 2008, p.23), ou seja, as concepções jurisprudenciais servem apenas para solução de casos reais, ignorando uma ideia filosófica do termo. Como, todavia, seu intuito é determinar uma formulação mais ampla do que seja o Político, Schmitt não reconhece a validade de tais delimitações e afirma que o conceito do Político só pode ser obtido pela identificação e verificação de categorias especificamente políticas: até então, Político aparecia empregado em oposição a outros termos (Político e Economia, Político e Moral, etc.); agora, o autor, apoiado em binômios que orientariam os campos do Moral (Bom – Mal), do Estético (Belo – Feio) e do Econômico (Útil – Prejudicial), propõe que o político seja pensado a partir de seu próprio binômio, representado pela dicotomia Amigo – Inimigo, elaborando uma esfera supostamente independente e autônoma em relação às outras do pensamento e da ação humana.

O autor nos diz que a relação “Amigo – Inimigo” funda-se e justifica-se na sua autossuficiência: a distinção entre um campo ou outro é algo inteiramente particular

à situação onde essa separação se dá. Indiferente à apreciação estética, moral ou econômica do ente analisado, esse binômio serve não como “definição exaustiva ou expressão de conteúdo”, nas palavras de Schmitt, mas como critério de avaliação para o grau de separação entre este ente e o sujeito que avalia:

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; ele não tem que se apresentar como concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele. Ele é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro “não envolvido” e, destarte, “imparcial”. (SCHMITT, 2008, p. 28)

Schmitt trabalha esses termos levando em consideração o domínio do Estado, ou seja, a distinção entre amigo e inimigo não se dá no campo do privado, senão no campo do público. O inimigo não será jamais aquele a quem se odeia por sentimentos de antipatia ou por desavenças pessoais, mas aquele que representa ameaça à unidade e organização estatal. Dentro de tal entendimento, a relação de Getúlio com o preso não ocorre, à primeira vista, no espectro político da vida, mas procurarei apontar a hipótese de que a vida do Sargento se altera em uma relação assente na oposição amigo-inimigo, conforme a teoria do autor alemão.

Carl Schmitt trata do Estado racional e o conceito de político concebido por ele é baseado na Alemanha das décadas de 1920 e começo de 1930. É aparentemente absurdo desejar relacionar uma realidade com a outra – Alemanha que se encaminha ao nazismo e logo será liderança na Segunda Guerra Mundial, Brasil periférico que engatinha no processo civilizatório –, mas o país se moderniza, entra no jogo do centro ocidental e, em tese, deveria se racionalizar.

O sargento é um cumpridor de ordens, bandido a serviço do Estado – ou, ao menos, bandido a serviço de um homem que circula dentro do jogo político aceito pelo Estado brasileiro –, ainda que não tenha consciência disso. Se Acrísio aceita as mudanças ocorridas no nível político, manda soltar o antigo inimigo devido pressão do governo central e, ainda por cima, entrega seu capanga aos leões, orientando via

emissário que ele permaneça em uma fazenda do aliado Nestor Franco até que as “coisas se ajeitem” – tempo o bastante para dar sinal à Polícia Militar do local onde o agora sargento-fugitivo se esconde –, Getúlio desconhece o racionalismo político-pragmático que orienta a conduta de seu chefe e segue a sua própria lógica sertaneja, decidindo levar a cabo a missão que lhe foi dada. Getúlio ainda pensará, em sua compreensão obsoleta do olho no olho, da afirmação da palavra e da honra, que poderá encarar o chefe e conferir se ele terá coragem de negar que lhe deu a missão.

Vai até a casa do chefe, que eu quero levar e quero olhar a cara dele e dizer: olhe aí sua encomenda, pode fazer o que quiser; (...) É isso que eu quero fazer, e quero botar as vistas bem dentro das dele que é para ele dizer na minha cara que não mandou buscar (...) (RIBEIRO, 2003, p.153)

Prova decisiva da inexistência de racionalização no ato de Getúlio, sua decisão de entregar o preso na capital mesmo sabendo que não terá mais a salvaguarda de seu antigo chefe – que Getúlio não vai perceber ser um antigo chefe que o traiu, diga-se –, vai ser entrecortada pelo Padre de Aço da Cara Vermelha, uma espécie de consciência razoavelmente intelectualizada mediadora do raciocínio do protagonista em cenas pré-resolução de entregar o traste, como o sargento se refere ao seu detento, bem como em momentos imediatamente posteriores, segurando Getúlio na sua igreja até que fosse possível fazer alguns contatos com o “pessoal da cidade”.

A figura do Padre da Cara Vermelha guarda em si um elemento interessante no desenrolar do romance, que merece algum comentário. Há de se dizer que o Padre de Aço ganha o respeito de Getúlio por sua macheza, como se Getúlio reconhecesse no clérigo valores semelhantes aos seus: o Padre reza, tenta coordenar a movimentação de Getúlio, mas também fala palavrões, concorda que decepar o tenente foi um mal necessário, tem a dureza do homem sertanejo como o próprio sargento, também é um cabra durão. Ainda por cima, tem uma espingarda de cano duplo serrada:

Bom, esse padre tem artes, mas se sabe. Pode fazer um par de rezas, pode sair com aquela de dois canos. Gostei daquilo, ele mesmo serrou, está bem serradinho mesmo, aquilo tem uma porrada de umas quinze arrobas, mata um boi, pode crer. (RIBEIRO, 2003, p. 68)

Se de fato o Padre atua como consciência mediadora do jagunço fardado, é curioso pensar no que leva Getúlio até a igreja. É após a sangrenta batalha em terras de Nestor Franco, na qual Getúlio parece enterrar em definitivo qualquer possibilidade de salvação ao assassinar e decapitar um superior, que ele chega à capela, fugindo das forças oficiais e tentando encontrar caminho para Aracaju. Naturalmente, Getúlio se encaminha para lá orientado por Nestor, que lhe assegura o escape enquanto segue combatendo as “fraquezas do governo”. Essa hipótese se confirma quando o padre, antes mesmo de abrir a porta para o grupo que surge, questiona se Nestor morrera em combate. Somado a isso, após o sargento definir que cumpriria seu compromisso independente de qual fosse a situação atual, o sacerdote ainda busca algumas articulações, tentando uma solução que possa salvar o protagonista.

Agora, esse padre, (...) esse padre chega e diz que a gente espere, porque a gente vai esperar o recado que ele mandou para umas certas pessoas, ou senão a gente vai em marcha para Ilha das Flores, ou qualquer coisa, aí o padre se aporrinha e dá uma porção de nomes e diz que ninguém vai sair dali nem nada, até chegar as pessoas que vai dar uma decisão naquele caso. (RIBEIRO, 2003, p. 82)

O nível de envolvimento do padre com o jogo político não fica claro, mas soa como algo evidente que, primeiro, há uma relação indireta com Acrísio – Acrísio manda Getúlio para Nestor Franco, seu aliado, que por sua vez manda o sargento até o padre, uma espécie de sequência dentro da esfera do que Schmitt chamaria de Amigo político – e, segundo, possui a consciência mais próxima da racionalidade impessoal que guia a política. Apesar da obscuridade de quem seriam essas pessoas a quem o Padre da Cara Vermelha recorre em socorro de Getúlio – contatos políticos, sacerdotes de outras searas –, a proximidade do vigário com o núcleo partidário de Acrísio é de intimidade suficiente para que ele arrisque sofrer um ataque contra a própria capela e ainda procure arquitetar uma escapatória para Getúlio, que vem sendo perseguido pelo governo.

É na relação com o Padre que o sargento toma juízo de aspectos essenciais para sua trajetória, o mencionado fato de que não pode mais contar com o apoio de Acrísio Antunes, especialmente depois das complicações maiores advindas da batalha ocorrida na fazenda de Nestor Franco, e o fato de ser um homem duplo: Getúlio Santos Bezerra e Getúlio/sargento da PM, na síntese de Dacanal (1988).

Getúlio, quando de sua chegada à igreja, anuncia-se como homem de Acrísio Antunes

Ô de dentro, eu disse, ô de dentro, ô de dentro. Getúlio, pois não. Getúlio de Acrísio Antunes, Antunes do peçidê, peçidê desse Sergipe, Sergipe desse mundão, mundão que está esquentado, esquentado que vai derreter, ora merda, seu padre; (RIBEIRO, 2003, p.62)

Mesmo que soe apenas como uma identificação banal, como fosse um trabalhador qualquer a serviço de Acrísio Antunes, o sargento ainda não reflete sobre qual é a sua posição dentro daquele mundo, se entendendo, de fato, como um homem pertencente ao chefe, quase como cabedal, incapaz de fazer algum juízo mais profundo de si. Getúlio é um homem de Acrísio e ainda não se percebe como algo além. Desde que ingressara na força militar através do auxílio de Antunes, o sargento se tornara apenas um agente das ordens de seu patrão, e qualquer movimento fora do cumprimento de alguma determinação vinda do chefe o inquietava, incapacitado que era de pensar sobre sua condição. Contudo, o padre o alerta que ser um homem de Acrísio não lhe garante mais nada, depois da recusa de obedecer a ordens, entrar em conflito armado contra forças oficiais e decepar um tenente.

É que a situação mudou, diz o padre, não sei se vosmecê vai poder levar o homem para Aracaju, porque lá está uma novidade de gente e uma porção de jornais e dizem que quando vosmecê chegar vão lhe encher o couro e soltar o homem. Não creio que Antunes possa lhe sustentar. Ah, isso não, se Antunes não me sustenta, o que é que me sustenta? Não sei, disse o padre, (...) (RIBEIRO, 2003 p. 83)

Forçado a pensar sobre qual rumo tomar, obrigado a decidir um caminho em um caso intrincado, o narrador se angustia. Sumir, como o padre lhe sugere, é impossível. Getúlio tem a oportunidade da fuga que garantiria sua sobrevivência, mas driblar a situação é algo que Getúlio desconhece como, só lhe é possível o embate, uma vez que o seu código de conduta arcaico não reconhece outras saídas. O sargento se atormenta, não se reconhece mais e seu processo de deterioração psíquica parece principiar ao perceber que o mundo que ele cria inalterável já não existe:

de maneiras que o mundo é assim: é o chefe e sou eu.(...) Para ser eu direito, tem que ser como o chefe, porque senão eu era outra coisa, mas eu

sou eu e não posso ser outra coisa.(...) Eu sou sargento da Polícia Militar do Estado do Sergipe. Não sou nada, eu sou é Getúlio. Bem que eu queria ver o chefe agora, porque sozinho me canso, tenho que pensar, não entendo as coisas direito. Sou sargento da Polícia Militar do Estado do Sergipe. O que é isso? (RIBEIRO, 2003, p. 94)

Daí para frente, Getúlio inicia sua marcha autodestrutiva, encarnando o forada-lei e confrontando o mundo racional que se lhe impõe.

4.2 O PÁRIA GETÚLIO

Em *Para a crítica da violência*, Walter Benjamin empreende uma busca pela compreensão da violência, ou, antes, uma reflexão sobre o uso da violência como mecanismo regulador da justiça, enquanto instrumento balizador para questões de direito e justiça, onde ela se justifica apenas como meio para atingir determinados fins.

Diz-nos o filósofo, no princípio de sua argumentação, que a violência "(...) só pode ser procurada nas esferas dos meios, não dos fins (...)", ou seja, em si própria ela não possui validade. O uso indiscriminado da violência, ou justificado no seu próprio exercer, não guarda relação com o direito e com a justiça, não apresenta legitimidade, sendo um ato de barbárie. Assim aplicada, a violência não pode ser tratada enquanto força protetora do direito, como objeto essencial para a manutenção do direito ele próprio. Dessa afirmação se realiza uma divisão binômica do direito para elucidar o uso e o controle da violência: um direito natural, oriundo da própria natureza dos eventos e das coisas do mundo, de caráter soberano, mesmo no sentido monárquico do termo; um direito positivo, orientado pelo Estado, que visa o bem comum, regulado e talhado pela lei. Lá, a violência é absoluta; cá, regulada pelo Estado e matizada, dosada em virtude do ato de justiça contido dela, isso quer dizer, para um crime de certa intensidade é punido com pena de igual proporção. Em um lado ou em outro, age como elemento mantenedor da ordem do próprio estado, seja ele autoritário ou democrático.

O dado central para análise do romance em questão é a administração da violência por parte do Estado brasileiro, com sua peculiaridade cordial, e seus possíveis reflexos na tessitura da sociedade. Nota-se que em um estado de direito positivo, mais do que a organização e regência da violência, há o monopólio dela por parte do Estado. Deparamo-nos aí com uma violência sancionada, autorizada ao

Estado na forma de seus agentes responsáveis, em quaisquer níveis. Em outras palavras, a violência é aceita, e mesmo estimulada, de acordo com o cenário, contanto que esteja sob o monopólio estatal, fiscalizada de acordo com regras do bem-estar comum. Em cenários no qual esse bem-estar – definido e delineado pelo próprio Estado – seja ameaçado, ao portador do direito à violência cabe fazer seu uso. Depreende-se do texto de Benjamin a inviabilidade de um Estado pacifista, então: a ordem de direito requerida pelo Estado é necessariamente perpassada por violência e sua supressão é impossível, cabendo ao Estado regular e graduar sua aplicação, jamais sua existência, necessária para assegurar a existência do Estado ele próprio.

Parece-me que, dentro desse jogo de permitido–proibido, acaba-se por estimular outros panoramas que escapam ao domínio do Estado, forçando-o ao emprego de mais violência. Para ilustrar, proponho pensar as representações do Estado, autorizado a usar a violência, e da sociedade civil, a quem é proibido o uso dela, notando que é exatamente a transição de uma parte à outra – de pertencente à rede estatal a quem é autorizada a violência a pertencente à sociedade civil, desautorizada – que transformará o narrador-protagonista da obra em análise em um marginal. Getúlio, enquanto agente da polícia militar, amparado pela segurança da farda e assegurado por Acrísio Antunes, tem acesso livre ao uso de violência. Mais do que isso, o uso de truculência é valorizado e utilizado por Getúlio como uma ferramenta de poder, e é graças a essa truculência que o sargento é respeitado e bem conceituado por seu chefe. Pode-se objetar que a primeira posição – policial militar e autorizado ao emprego de violência – de Getúlio já é de um fora-da-lei, uma vez que sua condição de militar é obtida através de um arranjo conseguido por Acrísio, ou seja, Getúlio é antes um capanga do que um servidor do Estado. Contudo, as particularidades do sistema brasileiro e seu jogo de cordialidade permitiam esses abusos, sendo, dessa maneira, natural que se facultasse a aplicação de violência a homens ligados ao Estado de maneira pouco rigorosa. Assim, trataremos de Getúlio por seu título: por via tortuosa ou não, ele é um sargento da Polícia Militar do estado do Sergipe e porta a farda da instituição.

Habitado ao ato violento, Getúlio é sustentado pela proteção do líder político de sua região, Acrísio. Entretanto, a influência do governo federal sobre os domínios de Antunes e a conseqüente alteração da relação do chefe com o preso transportado pelo sargento alteram o jogo do qual Getúlio faz parte e o transporta de

uma dimensão política a outra: a permissão que possuía para a violência se esvai e o sargento, inapto para entender esses movimentos e indisposto a aceitar qualquer mudança em seu mundo, passa de homem da lei a grande criminoso. Benjamin aponta que essa figura surge como ameaça à ordem estabelecida: em torno dele se manifesta um microcosmo onde uma nova ordem se instaura e gera uma nova violência, paralela à do Estado.

Na figura do grande criminoso entra em cena, confrontando o direito, essa violência que ameaça instaurar um novo direito – ameaça que, embora impotente, faz, nos casos significativos, estremecer o povo, ainda hoje em dia como nas épocas arcaicas. (BENJAMIN, 1921, p.131)

Getúlio é, como já se tentou dizer no trabalho, um homem das épocas arcaicas vagando pelo mundo moderno. É claro que as épocas arcaicas a que se refere Benjamin não são as mesmas de Getúlio: o crítico alemão fala de tempos remotos, de séculos anteriores, enquanto Getúlio é um arcaico imediato, de duas décadas passadas. Entretanto, é importante manter em mente que trabalhamos no desnível entre centro ocidental tecnicizado e Terceiro Mundo obtuso, e dentro desse panorama o sargento de Ubaldo é inegavelmente um arcaico. De qualquer maneira, Getúlio, enquanto grande criminoso, não é precisamente a ameaça da instauração de um novo direito. Não há uma insurgência contra o Estado em si e não ocorrerá, a partir dos seus atos, qualquer alteração dos posicionamentos políticos. O máximo que o sargento propõe como nova ordem é a criação de um exército imaginário, já nos momentos em que não se encontra mais dotado da razão. Getúlio não é um rebelde, mas um ignorante fechado às transformações que o mundo lhe apresenta. Ainda assim, ele representa uma ameaça ao bem estar, recusando aceitar as ordens de seu chefe e empreendendo uma jornada onde tanto quanto diminui sua lucidez, aumenta sua brutalidade. É nessa má-administração da violência que reside a ameaça de Getúlio, não diretamente ao Direito posto, mas à condição política de Acrísio, e é ameaçando Acrísio que Getúlio-Pária põe em xeque esse direito.

5 CONSCIÊNCIA ARCAICA, MUNDO MODERNO: GETÚLIO MONTA CLÃ E VAI À LUTA

Comprimido entre dois mundos distintos e de improvável harmonia, incapacitado de compreender as vicissitudes do seu tempo histórico, enredado em uma teia política demasiada complexa para sua consciência primitiva, interdito no uso da violência que lhe era facilitada pelo uniforme da polícia, Getúlio se dissolve. Se ficou demonstrado que a consciência do narrador era baixa, em níveis da racionalização que se impunha no decurso da torta modernização latina e, especificamente no caso do romance de João Ubaldo, brasileira, é da ocasião em que se percebe abandonado por Acrísio e decide que levará sua “encomenda” até a Barra dos Coqueiros doa a quem doer que a desintegração psíquica de Getúlio se torna vertiginosa e definitiva. Da partida da igreja do Padre de Aço – que dá a cano serrado de presente para Amaro, que se afeiçoara à arma – em adiante, o protagonista se embrenha em uma jornada sem volta para seu corpo, na medida em que morrerá, e também de sua psique, na medida em que enlouquecerá.

Após deixar a capela, Getúlio assume o papel de juiz do seu destino. Se até ali vivera a cumprir ordens do patrão, agora as decisões são puramente suas. Devendo decidir, sua mente varia entre a realidade e fantasia: caminhando pelo sertão, ele esquece o nome do preso por vontade própria, pensa em ser dentista por ter boa experiência – extraiu os dentes de seu cativo como punitivo por tentar seduzir a filha de Nestor Franco –, conversa sobre macacos alados com Amaro, fala da caça de um lagarto e finalmente chega à casa de Luzinete, sua antiga amante, em um salto narrativo e temporal não anunciado.

O movimento do romance, que até então seguia alguma ordem, funcionando com flashbacks, desorganiza-se progressivamente, bem como a consciência de Getúlio, até aquele momento confuso com a contraordem e agora delirante. Já em casa de Luzinete, Getúlio, vestido de mulher, assalta uma delegacia a fim de aumentar seu poder de fogo e afirma-se superior a todos os machos. A superioridade viril desse suposto Aquiles à sertaneja é retomada em chave de sandice e pilhéria:

Pode dizer que já me vesti de mulher, quando entrei na delegacia de Japarutuba, quando entrei na delegacia de Japarutuba e lá, na vista de todos os machos que diz que tem lá e mais tivesse, na vista de todos os

machos que tem lá, fui entrando, fui abrindo e fui panhando tudo o que quis e é isso mesmo, mulungu. Precisar não preciso, fui só de abuso, graças a Deus. (RIBEIRO, 2003, p. 122)

Sua insanidade aumenta página após página e a morte matada é seu destino, a única em que acredita possível para si, o mais macho dos machos, como diz a Luzinete (RIBEIRO, 2003, p. 123). Getúlio percebe que seu mundo não existe mais, mas não que ele não se encaixa dentro da nova organização da sociedade e crê que pode a transformar. Agora doido, inventa para si um mundo onde pode existir, em toda sua virilidade arcaica de macho maior:

Eu sei que não tem mais cangaço, (...) Se tivesse cangaço, eu ia para o cangaço, com um chapéu de estrelas prateadas e ia me chamar Dragão Manjaléu e ia falar pouco e fazer muito. (...) Eu ia ser o maior cangaceiro do Brasil, o maior piloto de jagunço do Brasil, e ia ter a maior tropa. (...) Um tenente que eu cortasse a cabeça, arrancava a cabeça e fazia um colar. Quantos tenentes cortasse a cabeça, tantos tenentes arrancava os dentes. E todos os lugares que chegasse, dava uns urros bem altos pra quebrar vidraças e tomava duas pipas de cachaça de cada vez e comia dois cabritos sozinho ou então um bezerro e assoprava para arrancar os pés de árvore do chão e quando eu batesse a coronha no chão, o chão tremia todo e as frutas despencavam. Dragão Manjaléu, pode me chamar. (RIBEIRO, 2003, p. 123-124)

Tomado por um sentimento de autoafirmação, entendendo-se superior por sua masculinidade e braveza, o Dragão Manjaléu se reputa imbatível. Será deputado, levará o preso e o enforcará no pé da mesa da sala, distribuirá seus pedaços e não será derrotado jamais. Seu transtorno atinge a plenitude quando consciência mítica e decomposição mental se fundem, resultando na formação de uma linhagem sucessória: arma tropa, montando linhagem sucessória imaginária composta de machos filhos guerreiros, responsáveis por perpetuarem a valentia da família Santos Bezerra:

A machidão toda aí, era Garanhão Santos Bezerra, Malvadeza Santos Bezerra, Abusado Santos Bezerra, Tombatudo Santos Bezerra, Comegente Santos Bezerra, Enrabador Santos Bezerra, Rombaquirica Santos Bezerra, Sangrador Santos Bezerra, Vencecavalo Santos Bezerra, todo mundo. Tu bem que ia gostar disso, eu acho. (RIBEIRO, 2003, p. 126)

Novamente vem à tona o entendimento de mundo ultrapassado do narrador e confirma-se a incompreensão do processo que o empurra em direção ao final trágico: imaginando-se ancestral fundador de um clã, Getúlio demonstra a ligação ao mundo patriarcal, familiar. O dragão não é desse tempo cosmopolita de jogo político

e não lhe interessa a organização conluio complexos, mas a de um exército de filhos que vá dar continuidade à própria virilidade e, em última análise, ao mundo de onde se origina.

O desvario de Getúlio prossegue e encaminha o fim. Atacado, o Dragão Manjaléu descreve, dá nome, ofende e mata os soldados contra quem luta: Secundino da Moleira Grossa Soares da Paixão, Fabriço Fraco Fofolento, Carolino Carola Caruara, Desandado da Desautoria. O tom poético da linguagem, em suas aliterações, é cortado pela raiva que sente contra o preso, em quem centraliza a responsabilidade da situação e as mortes de Amaro e, especialmente, Luzinete. O ódio de Getúlio é tamanho que o vocabulário existente já não lhe basta e o sargento apela a novas formas de agredir pelo verbo:

Seu peste, puto, peste, peste, peste, seu pirobão. Perde as forças os nomes quando eu lhe xingo e por isso vou inventar uma porção de nomes para lhe xingar e de hoje em diante todo mundo vai xingar esses nomes. Crazento da pustema, violado do inferno, disfricumbado firigufico do azeite. E invento mais. (...) E meus filhos, peste? Carniculado da isburriuela, retrelequento do estrulambique. Não se ouse de responder, porque lhe tiro sua vida da pior maneira, levando dois anos e meio, cada dia tirando umas gramas de sua carne, pense nisso, nem se ouse. (RIBEIRO, 2003, p. 140)

Getúlio monta agora um exército imaginário, um exército capaz de afugentar até São Jorge, caso este se oponha aos desejos da tropa. Armado um clã familiar, organizado uma milícia de homens tão valentes quanto ele próprio, o comandante Getúlio enfrenta os inimigos, avança e chega às margens do rio Sergipe, no encontro entre a Barra dos Coqueiros, destino final do sargento, e Aracaju, espécie de símbolo do mundo racional que escapa ao narrador. Observando a capital e aguardando o melhor momento de adentrar a cidade, desconhecendo estar próximo de seu funesto desfecho, Getúlio reflete: deseja encontrar o chefe, entregar o pacote e exigir que Acrísio sustente a palavra anterior; depois, nunca mais retorna lá, onde “quando eu falo ninguém entende lá, quando um fala lá eu não entendo” (RIBEIRO, 2003, p.155). Getúlio decide em hora derradeira recusar a nova civilização. No mesmo momento no qual que se aferra a um valor nulo na vida moderna que recusa, o sargento reconhece a si: um homem de outro tempo, guiado pela honra e pela bravura. Aquiles brasileiro e sertanejo, Aquiles pobre-diabo, Getúlio encontra a morte. As forças militares do Estado avançam contra ele e o mundo se desfaz: dissolvida a racionalidade narrativa, dissolvida a consciência de Getúlio, dissolvida a

própria linguagem tradicional, o sargento chora e narra a própria morte, ruína final da expectativa romanesca do mundo racional, suspiro de vida das sociedades arcaicas que buscavam manter vivos os valores de uma consciência lógico-sacral:

(...) veja esse povo vindo atravessando de barco atrás de nós e carregando as armas apontando para cima e aquele navio parado ali, nem sabe o que está se passando, tem uns homens lá jogando dominó e pensando na vida, mas porém o destino está dando volta, hem Amaro? lá na lua e pode crer que eu estou vivo no inferno, lá na lua está Luzinete e essa força se atira eu também atiro, ô minha lazarina, ô meu papo amarelo e um mandacaru de cabeça para cima eu vou morrer e nunca vou morrer eu nunca vou morrer Amaro eu nunca vou morrer um aboio e uma vida Amaro aaaaaaaaaaaaaaaaaahhh eeeeeeeeeeeeeeh aê ecô ecô aê aê aê aê aê eu nunca vou morrer Amaro e Luzi netena lua essas balas é como meu dedo longe e e lhelá Ara eu vejocaju e a águaacor redonde vagar e sal gadaela éboa nun cavoumor rernun caeusoueu, ai um boi de barro, aiumboi aiumboide barroaê aê aê aiungara gauchei de barro e vidaeu sou eu e vou e quem foi ai mi nhalaran jeiramurc chaai ei eu vou e cumpro e faço e (RIBEIRO, 2003, p. 159)

6 CONCLUSÃO

A nova narrativa épica surge com o intuito de registrar o processo de modernização compulsória pelo qual passa a América Latina, em um momento histórico onde as diferenças entre as existências técnico-racional e mítico-sacral atingiram um estágio onde a primeira inviabiliza a existência desta segunda. Apelando a uma forma de romance que abandona a tradição europeia, adepta do que habitamos chamar Real-naturalismo, essa nova narrativa ignora preceitos da razão em virtude da valorização do mágico e do inexplicável de uma forma supostamente ingênua, sem recorrer a artifícios narrativos que expliquem com coerência os acontecimentos do texto.

Com *Sargento Getúlio*, João Ubaldo Ribeiro dá a sua contribuição para a formação da nova narrativa épica latino-americana, alinhando-se, dentro do território brasileiro, a uma série de outras obras surgidas entre as décadas de 1950 e 1970, como *Grande sertão: veredas* (João Guimarães Rosa, 1956), *O coronel e o lobisomem*, (José Cândido de Carvalho, 1964), *Chapadão do Bugre* (Mário Palmério, 1965), *A pedra do reino* (Ariano Suassuna, 1971) e a tetralogia d'*Os Guaianãs* (Benito Barreto, 1962 – 68 – 74 – 75). Dentre todas as obras citadas, a de Ribeiro é o que mais fortemente confronta a razão que se impunha ao mundo latino-americano: o sargento que dá nome ao romance narra a sua loucura e a própria morte, demolindo a pretensão racionalista romanesca em um texto no qual o ponto final, claro, é uma ausência.

O presente trabalho teve pretensões iniciais poucas e humildes: procurou-se retomar as bases do que Dacanal chamou de narrativa épica-latino americana, bem como demonstrar por que *Sargento Getúlio* está inserido nesse ciclo de obras; recuperar algumas leituras já realizadas do romance, principalmente as do próprio José Hildebrando Dacanal, a de Homero Araújo e a de Zilá Bernd, além de confrontar a trajetória de Getúlio e a de Riobaldo, o narrador das veredas criadas por Guimarães Rosa; apontar o desnível entre o Primeiro Mundo que se impõe, com sua pretensão política racional e burocrática, e realidade brasileira, cordial e violenta, bem como reafirmar que o sargento não compreende esse jogo, estando preso a um código de honra ultrapassado; por fim, demonstrar que é de sua incompreensão da realidade que o cerca que deriva seu fim, arrastando-o à loucura arcaica da linha ancestral e, finalmente, à morte.

Parece-me que, cruzando as leituras dos textos críticos e do romance, encontramos uma boa síntese do que é, afinal, a figura do sargento Getúlio, mas também de como se estabelece o já citado movimento de modernização que vem sofrendo – já que nos moldes como o processo ocorre cá abaixo da linha do Equador o verbo é realmente “sofrer” – a América Latina e, mais especificamente, o Brasil. Getúlio é um Aquiles sertanejo, em sua obstinação a cumprir um destino ao qual está ligado de forma irreversível por conta da honra de macho que o norteia. Contudo, longe dos muros de Troia, uma história de aretê não lhe garante a *bela morte* destinada aos heróis clássicos senão o óbito trágico na mão das forças oficiais de que ele era parte até poucos dias antes. Na realidade dos confins tupiniquins, aretê mascara com tintas heroicas a violência da estrutura brasileira, colocada na tensão entre homem dotado de algumas posses, caso, por exemplo, do Riobaldo que concilia e chega na década de 1950 são e salvo, e o pobre-diabo despossuído e fadado à catástrofe, nosso Getúlio Santos Bezerra, nome-verso de quem arma sua desgraça em nome da honra.

Vale, como encerramento, declarar o que é evidente: as leituras feitas e a análise que delas frutificaram não possuem qualquer intenção de serem definitivas no que diz respeito à crítica do romance de João Ubaldo. O interesse aqui foi de debater uma obra do meu interesse particular – uma das maiores da literatura nacional, na minha singela opinião – e trazer à tona um circuito de romances essenciais para o entendimento das repercussões da chegada do progresso à América Latina. Por fim, mencionar que se na América espanhola a nova narrativa épica parece ter alcançado notoriedade de público e crítica, mormente na figura do Nobel Gabriel García Márquez, na esfera brasileira esse ciclo ainda parece carecer de um olhar mais cuidadoso por parte de ambos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Homero José Vizeu. A terceira margem sobre a qual se equilibra Riobaldo. In: _____. **Futuro Pifado na Literatura Brasileira: promessas desenvolvimentistas e modernização autoritária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014, p. 85-98.

_____. O sargento de João Ubaldo. In: _____. **Futuro Pifado na Literatura Brasileira: promessas desenvolvimentistas e modernização autoritária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014, p. 99-101.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. IN: **Escritos sobre mito e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2013, p. 121-156.

BERND, Zilá. Um certo Sargento Getúlio. In: BERND, Zilá; Utéza, Francis. **O caminho do meio: uma leitura de João Ubaldo Ribeiro**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001, p.13-24.

DACANAL, José Hildebrando. A epopeia de Riobaldo. In: _____. **Nova narrativa épica no Brasil**. 2 ed. Revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 9-78. (1ª edição, 1973).

_____. O sargento sem mundo. In: _____. **Nova narrativa épica no Brasil**. 2 ed. Revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 89-99. (1ª edição, 1973).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: _____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 139-151. (1ª edição, 1936).

RIBEIRO, João Ubaldo. **Sargento Getúlio**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003. (1ª edição, 1971)

SANTOS, Cléia Regina Medeiros dos. **A “bela morte” de Getúlio: Uma análise da obra Sargento Getúlio, de João Ubaldo Ribeiro**. Monografia. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 264 p. (1ª edição, 1932).